

COOPERAÇÃO VERTICAL EM INVESTIMENTOS FEDERAIS REALIZADOS POR MUNICÍPIOS

Paulo de Tarso Frazão S. Linhares¹

Roberto Pires Messenberg²

Rebeca Bulhões Bertoni³

Nicole Carvalho de Moura⁴

1 INTRODUÇÃO

Esta nota é o resultado preliminar de um projeto de pesquisa que procura analisar a cooperação entre os municípios e o governo central, por meio do acompanhamento de alguns programas federais executados por prefeituras.

Atualmente, no Brasil, existem mais de duzentos programas federais em que a participação dos governos municipais abrange algumas, ou mesmo todas, as atividades relacionadas à sua execução. Neste trabalho, procura-se avaliar uma amostra destes programas com foco, de um lado, em sua *efetividade* na promoção de uma maior equidade territorial e, de outro, na sua *eficiência* em termos da execução das obras envolvidas. Em relação a este último aspecto, avalia-se, especificamente, a correspondência entre a capacidade municipal e o cumprimento do cronograma de execução de projetos de infraestrutura urbana.

Esta nota está organizada em cinco seções, incluindo esta introdução. Assim, na seção 2 apresentam-se justificativas gerais dos programas federais no âmbito da cooperação federativa, enquanto a seção 3 destaca o ciclo das operações de repasse voluntário dos recursos no Orçamento Geral da União (OGU) aos municípios, com vistas à detecção de possíveis vieses no processo de seleção dos projetos e de eventuais falhas na prevenção de problemas durante a execução das obras. Na seção 4, busca-se avaliar se a execução dos projetos exhibe características compatíveis com as razões que procuram justificá-los. Procede-se, então, ao detalhamento da seleção amostral utilizada na obtenção dos resultados da pesquisa, com foco no acompanhamento de programas da área de infraestrutura (particularmente, das ações de pavimentação e recapeamento em vias urbanas). Por meio da construção do Índice de Necessidade Municipal (INM), investiga-se se há sentido redistributivo no auxílio prestado pelo governo federal aos municípios. Com o mesmo objetivo, observam-se as correlações entre os volumes de recursos *per capita* por estes recebidos e os fatores relativos às suas riqueza e capacidade financeira. Além disso, procura-se testar a hipótese de que a qualidade da execução dos projetos pode se beneficiar de seu caráter descentralizado. Entre as diversas variáveis explicativas do sucesso na implementação dos projetos contidos na amostra, analisa-se, de forma mais detalhada, o potencial dos municípios (ou capacidade municipal), de acordo com a escala do Índice de Capacidade Municipal (ICM) desenvolvido. Por fim, na seção 5 constam as considerações finais.

1. Técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea.

2. Técnico de planejamento e pesquisa da Diest do Ipea.

3. Bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diest do Ipea.

4. Estagiária na Diest do Ipea.

2 JUSTIFICATIVA DE PROGRAMAS FEDERAIS IMPLEMENTADOS POR MEIO DA COOPERAÇÃO FEDERATIVA VERTICAL

No Estado organizado de forma federativa, três razões principais justificam a ação do governo central na busca de soluções para problemas locais. Em primeiro lugar, os efeitos derivados de determinada ação de governo municipal, ainda que circunscrita geograficamente, podem ter repercussões significativas (positivas ou negativas) sobre o bem-estar de residentes em outras jurisdições. Como os entes de uma Federação são responsivos aos interesses dos cidadãos de sua circunscrição eleitoral, os efeitos derivados das ações não coordenadas em outros municípios tendem a ser ignorados pelo processo decisório (Arrow, 1970). Em segundo lugar, quando executadas de forma isolada, as políticas sociais podem deflagrar uma “corrida para o piso” (*race to the bottom*): sua adoção acaba por atrair demandas migratórias de municípios vizinhos (Kenyon, 1991). Assim, sem a ação coordenadora do governo federal (e/ou estadual), estas políticas correriam o risco de apresentarem racionamentos de oferta como resultado. Por fim, em função das especificações na estrutura tributária vigente, as possibilidades de arrecadação de tributos em alguns municípios podem se mostrar insuficientes com vistas ao financiamento da expansão da oferta de determinados serviços, o que justificaria a intervenção corretiva do governo central, de forma a proporcionar maior equidade distributiva intermunicipal (Arretche, 2010; Abrucio e Franzese, 2007).

Nesse sentido, ainda cabe indagar sobre as vantagens federativas da delegação (parcial ou total) às prefeituras, das atividades associadas à execução dos programas federais. A primeira – e mais visível – delas consiste na preexistência de uma estrutura administrativa municipal já em operação. A segunda associa-se à redução dos custos de informações. Pelo fato de estarem envolvidas de forma direta em questões locais, as administrações municipais usualmente possuem mais e melhor conhecimento sobre fornecedores de produtos e serviços na região, bem como sobre preços e especificações técnicas destes últimos.

Nesta etapa do projeto de pesquisa, conforme as justificativas anteriores para a modalidade de cooperação federativa em tela, procura-se responder a duas ordens de questões distintas.

- 1) Os projetos contratados teriam contribuído efetivamente para a redução das desigualdades intermunicipais?
- 2) A capacidade municipal pode ser apontada como um fator relevante para explicar a ocorrência de atrasos na execução dos projetos?

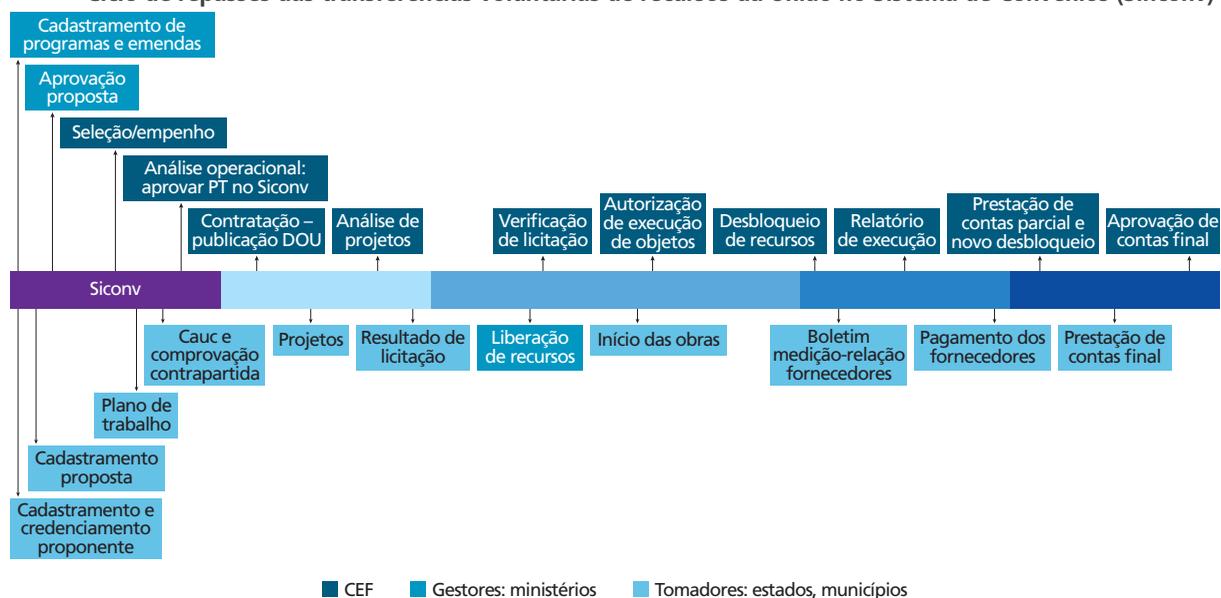
3 CICLO DAS OPERAÇÕES DE REPASSES VOLUNTÁRIOS DOS RECURSOS NO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO AOS MUNICÍPIOS

A implementação dos programas do governo federal por municípios não ocorre em um vazio institucional. Assim, para se avaliar a atuação de tais programas no sentido da redução das desigualdades relativas e da efetivação das potencialidades dos governos locais, deve-se observar, preliminarmente, se as regras estabelecidas não poderiam ensejar resultados no sentido inverso ao pretendido. Mais especificamente, procura-se aqui inferir se, por um lado, os atrasos e as paralisações observados na execução de alguns projetos podem ser explicados (ao menos parcialmente) pelas falhas ou omissões existentes em seu processo de aprovação e, por outro, se os municípios administrativamente mais frágeis não estariam sendo excluídos de forma antecipada do processo da obtenção dos recursos, em função das dificuldades no atendimento dos requisitos e das exigências deste.

Conforme indicado na figura 1, o acesso dos municípios aos recursos dos programas do governo federal ocorre a partir de iniciativa da prefeitura interessada, por meio do cadastramento de proposta no Sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal (Siconv). A proposta deve ser enquadrada em ação de programa previamente estabelecido pelo governo federal. A iniciativa municipal é, todavia, uma manifestação de interesse. Não se demanda projetos – ou mesmo justificativas – mais elaborados, o que, em tese, exclui a ocorrência de viés de seleção em favor de municípios mais capacitados, técnica ou administrativamente. Por outro lado, constata-se, ao longo do processamento administrativo e do desenvolvimento do projeto, a ocorrência de diversos procedimentos com vistas ao saneamento de possíveis problemas futuros. Em suma, o ciclo de operações de repasses aos municípios não parece induzir à seleção (enviesada) dos municípios mais capacitados. Além disso, a observância dos procedimentos demonstra esforços no sentido de mitigar eventuais problemas que poderiam ocorrer durante a execução dos projetos.

FIGURA 1

Ciclo de repasses das transferências voluntárias de recursos da União no Sistema de Convênios (Siconv)



Fontes: CEF (2014), disponível em: <goo.gl/okE29q>. Versão final editável disponível em: <https://goo.gl/Rh9UV>.

4 SELEÇÃO AMOSTRAL E ANÁLISE DAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

4.1 Seleção amostral

A fonte utilizada dos dados relativos aos projetos municipais no âmbito dos programas federais foi o sítio da Caixa Econômica Federal (CEF).⁵ Entretanto, a escolha dos contratos assinados em 2013 decorre do fato de que esse período compreendeu um número significativo de projetos em execução, os quais, ao mesmo tempo, não estavam sujeitos a possíveis interferências do processo eleitoral, seja no nível federal, seja no nível municipal.⁶ No ano de 2013 foram contratados 10.445 projetos,

5. Disponível em: <https://goo.gl/8ZiECE>.

6. Segundo informações do sítio da CEF, em 2013, a situação em que se encontravam os projetos na última vistoria de seus técnicos apresentava-se adequada para os propósitos da atual pesquisa. Nos períodos anteriores observa-se um número superior de casos de projetos já concluídos. Os períodos mais recentes, por outro lado, são caracterizados por uma quantidade significativamente maior de projetos não iniciados.

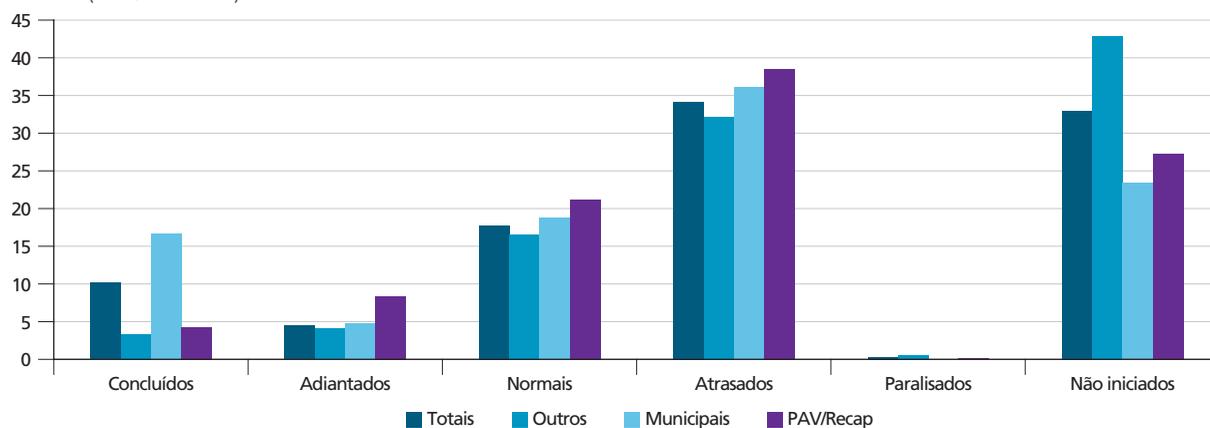
entre o governo federal e os governos estadual, municipal e entes privados. O valor médio dos investimentos foi de R\$ 4.402.099,48.

As observações no gráfico 2 indicam que a postergação no tempo constitui o problema mais recorrente dos projetos, seja por atraso durante a execução da obra, seja pela demora no início de sua execução. Embora as duas situações – atraso durante a execução da obra e projetos ainda não iniciados – produzam o mesmo resultado prático, ou seja, não acesso dos cidadãos aos serviços contratados, deve-se reconhecer a distinção nas razões determinantes de cada uma delas.

GRÁFICO 1

Situação, em novembro de 2015, dos serviços contratados em 2013

(Em % do total)



Fonte: CEF (2013), disponível em: <<https://goo.gl/nWH03U>>. Elaboração dos autores.

Em função da heterogeneidade das ações financiadas por programas federais e realizadas por municípios, selecionou-se uma amostra com projetos de obras associadas à pavimentação e ao recapeamento de vias, com contratos assinados durante o ano de 2013. Tais projetos representam, assim, obras de infraestrutura urbana de baixa complexidade; capazes, portanto, de promover uma significativa melhoria nas condições gerais de vida dos habitantes nas cidades em que são realizados, sem a incidência de novos e arriscados desafios para empresas incumbentes ou prefeituras contratantes.

4.2 Análise de efeitos redistributivos intermunicipais na alocação de recursos de programas federais

O desenvolvimento de um INM é importante para averiguar se os recursos federais têm sido direcionados aos municípios mais necessitados. Conforme indicado na seção 2, uma das justificativas para a existência de programas federais com âmbito local é a necessidade de oferecer um nível equivalente de serviços públicos entre diversos municípios; ou seja, em tese, municípios com maiores necessidades deveriam receber maior volume de recursos por habitante.

Assim, com o intuito de medir a necessidade dos municípios nas áreas de pavimentação e recapeamento de vias urbanas em projetos no âmbito dos programas federais relacionados à infraestrutura, adotou-se o Índice de Vulnerabilidade Social relativo à infraestrutura urbana (IVS-IU). Este subíndice integra o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) – elaborado pelo Ipea – e procura

refletir as condições de acesso aos serviços de saneamento básico e de mobilidade urbana que impactam significativamente o bem-estar da população municipal.

Contempladas as possibilidades e os limites das informações coletadas pelos Censos Demográficos, foram escolhidos, para a composição do IVS-IU, indicadores sobre a presença de redes de abastecimento de água, de serviços de esgotamento sanitário e de coleta de lixo territorial, bem como um indicador do tempo gasto pela população ocupada de baixa renda durante seu deslocamento entre a moradia e o local de trabalho – tempo este utilizado como *proxy* das condições de mobilidade urbana do segmento específico da população. Os indicadores que compõem o IVS-IU (com seus respectivos pesos relativos) são descritos no quadro 1.

QUADRO 1
Descrição e peso dos indicadores que compõem o subíndice IVS-IU

Indicador	Descrição	Peso
Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	Razão entre o número de pessoas que vivem em domicílios, cujo abastecimento de água não provém de rede geral e cujo esgotamento sanitário não é realizado por rede coletora de esgoto ou fossa séptica, e a população total residente em domicílios particulares permanentes, multiplicada por cem. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.	0,300
Percentual da população que vivem em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo	Razão entre a população que vive em domicílios sem coleta de lixo e a população total residente em domicílios particulares permanentes, multiplicada por cem. Estão incluídas as situações em que a coleta de lixo é realizada diretamente por empresa pública ou privada, ou o lixo é depositado em caçamba, tanque ou depósito fora do domicílio, para posterior coleta pela prestadora do serviço. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes localizados em área urbana.	0,300
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com renda <i>per capita</i> inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho	Razão entre o número de pessoas ocupadas, de 10 anos ou mais de idade, que vivem em domicílios com renda <i>per capita</i> inferior a meio salário mínimo (vigente em agosto de 2010) e que gastam mais de uma hora em deslocamento até o trabalho, e o total de pessoas ocupadas nessa faixa etária que vivem em domicílios com renda <i>per capita</i> inferior a meio salário mínimo (vigente em agosto de 2010), e que retornam diariamente do trabalho, multiplicado por cem.	0,400

Elaboração dos autores.

Nas dimensões constantes do quadro 1, os três indicadores não possuem todos o mesmo peso relativo, uma vez que isto implicaria deixar a dimensão do saneamento básico com dois terços do peso geral do subíndice de infraestrutura urbana, e apenas um terço do peso geral para a dimensão da mobilidade. Em tal caso, haveria desequilíbrio de representatividade nos pesos dos índices, com sobrevalorização não justificável de uma dimensão sobre a outra. Entretanto, deixar o indicador de mobilidade com o peso de 50% do subíndice de infraestrutura urbana também geraria inconsistência: como o indicador só está disponível para o ano de 2010, haveria um reforço do componente inercial do subíndice, com a subestimação do impacto dos avanços na disponibilização de infraestrutura urbana sobre seu resultado final. Assim, a adoção dos pesos, tal como proposta no quadro 1, objetivou um equilíbrio entre ambas as situações, ao gerar um subíndice que confere peso agregado maior aos indicadores de saneamento básico e que, ao mesmo tempo, inova, ao incorporar o indicador de mobilidade urbana enquanto expressão da dissociação entre os locais de moradia e de trabalho dos segmentos populacionais em tela – ainda que tal indicador tenha sido disponibilizado apenas no Censo Demográfico de 2010.

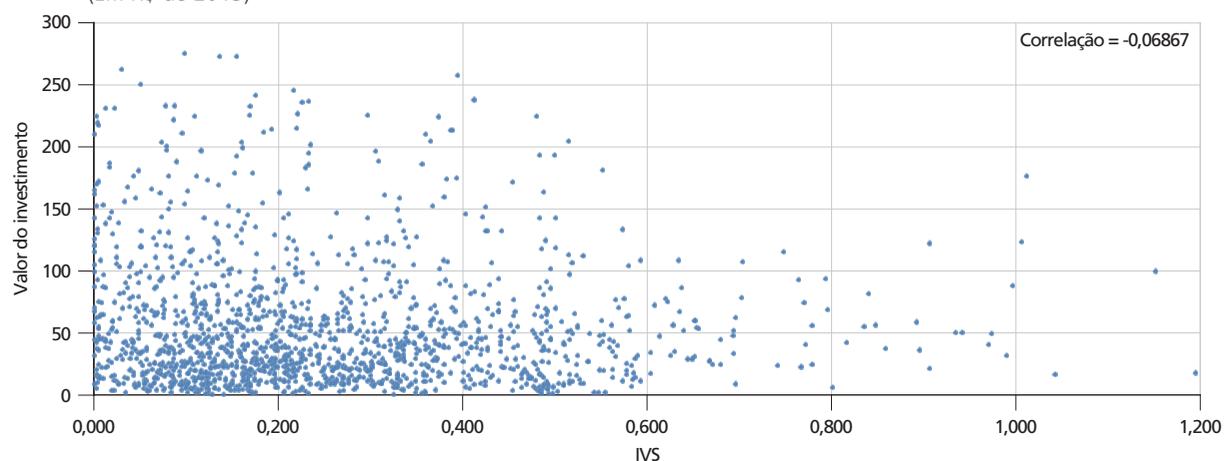
Além da análise possibilitada pela utilização do IVS-IU, a avaliação do INM também contemplou como indicadores as grandezas dos fluxos da receita municipal *per capita* e do produto interno bruto (PIB) municipal *per capita*. Neste sentido, ainda se calculou o valor total *per capita*

de recursos recebidos por município (apenas em projetos de pavimentação e recapeamento). Para verificar, então, se as transferências de recursos do governo federal deram prioridade àqueles municípios com maiores necessidades, ajustou-se uma regressão entre os valores de cada uma das variáveis mencionadas com os valores *per capita* dos investimentos municipais. Com o objetivo de eliminar distorções com a presença de *outliers* na base de dados, optou-se pela exclusão dos casos situados acima de três desvios padrão, em termos dos valores *per capita* do investimento municipal.

GRÁFICO 2

Correlação: investimento (*per capita*) e IVS-IU

(Em R\$ de 2013)



Fontes: CEF (2013), disponível em: <<https://goo.gl/nWH03U>> e Ipea (2010), disponível em: <<http://goo.gl/jqhwXs>>. Elaboração dos autores.

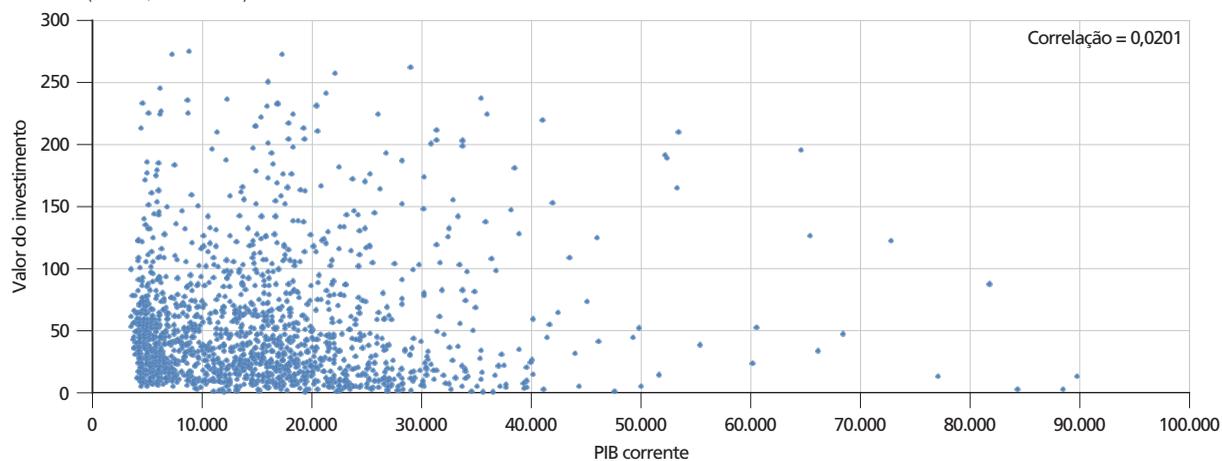
Conforme indica o baixo valor do coeficiente de correlação no gráfico 2, os volumes de investimentos *per capita* inferidos da análise de contratos não autoriza a afirmação de que as ações de pavimentação e recapeamento tenham atuado no sentido de promover a redistribuição intermunicipal da aplicação de recursos em favor dos municípios mais necessitados.

Além do IVS-IU, como já mencionado, a avaliação do INM envolveu também a utilização de grandezas relativas aos fluxos da receita municipal *per capita* (2011) e do PIB municipal *per capita* (2012). Os resultados constam nos gráficos 3 e 4.

Do mesmo modo como se observou no caso do coeficiente da correlação linear entre os valores do investimento e do IVS-IU, as magnitudes encontradas para os coeficientes de correlação entre os valores (em termos *per capita*) dos investimentos, de um lado, e dos PIBs municipais, de outro, reforçam a evidência da falta de intencionalidade redistributiva – com priorização ao atendimento das necessidades locais – na implementação das ações de pavimentação e recapeamento dos programas federais nos municípios. Em particular, a moderada correlação positiva encontrada entre os valores do investimento e da receita municipal sugere haver uma tendência contrária àquela que se poderia esperar na busca da equalização intermunicipal.⁷

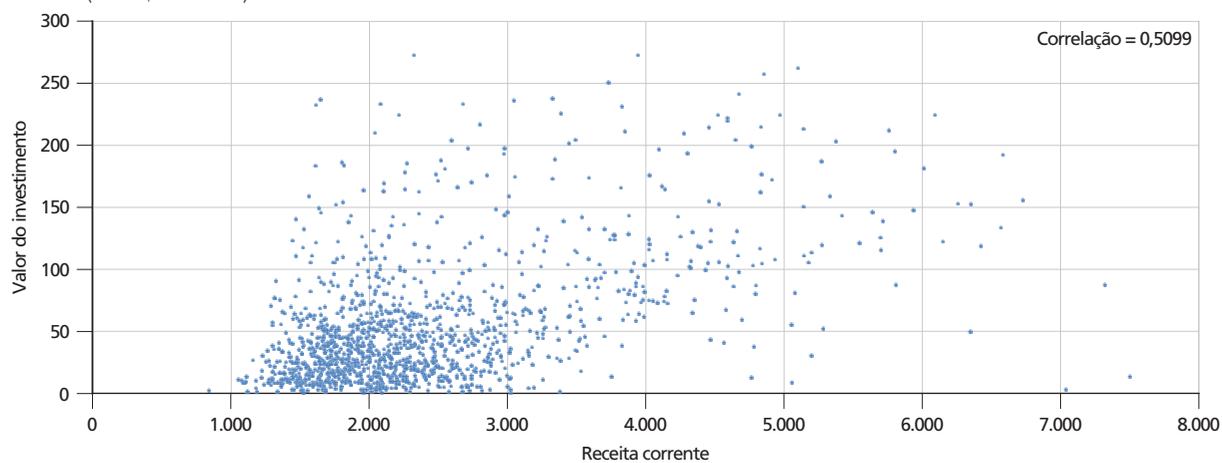
7. Deve-se notar, contudo, que com base na referência do comportamento da receita corrente em termos *per capita*, nesta etapa da pesquisa não é possível afirmar a existência de uma maior concentração de recursos em favor de municípios com melhores condições de resposta às demandas de suas respectivas populações.

GRÁFICO 3
Correlação: investimento e PIB municipal (*per capita*)
(Em R\$ de 2013)



Fontes: CEF (2013), disponível em: <<https://goo.gl/nWH03U>> e IBGE (2012), disponível em: <<http://goo.gl/yXtfQ>>.
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 4
Correlação: investimento e receita municipal (*per capita*)
(Em R\$ de 2013)



Fontes: CEF (2013), disponível em: <<https://goo.gl/nWH03U>> e IBGE (2011), disponível em: <<http://goo.gl/yXtfQ>>.
Elaboração dos autores.

4.3 Indicador de Capacidade Municipal (ICM)

Com o objetivo de mensurar a importância da capacidade municipal para a eficiência das prefeituras na execução dos projetos federais, elaborou-se o Indicador de Capacidade Municipal (ICM).

A elaboração do ICM, por sua vez, refletiu a composição de quatro índices parciais: *i)* Índice de Capacidade de Planejamento (ICP); *ii)* Índice de Capacidade Organizacional (ICO); *iii)* Índice de Capacidade Financeira (ICF); e *iv)* Índice de Capacidade de Organização Social para Monitoramento (ICSM). As fontes de dados para a construção destes índices parciais foram: Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Munic 2014/IBGE e Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil) 2010/IBGE. Cada índice parcial teve, assim, seu valor normalizado em uma escala entre 0 e 1, em que zero indica a pior situação possível e ao valor unitário associa-se uma situação ideal. Para a obtenção dos índices parciais (ICP, ICO, ICF e ICSM), calculou-se, em cada caso, uma composição dada pela média aritmética de variáveis selecionadas. Além disso, a construção ICM envolveu dois cálculos alternativos. Na primeira opção, empregou-se a média geométrica dos índices parciais e, na segunda, uma média aritmética ponderada de acordo com os seguintes pesos: *i)* ICP: peso 1; *ii)* ICSM: peso 2; *iii)* ICO: peso 2; e *iv)* ICF: peso 6.

Finalmente, estimou-se a influência do ICM sobre a implementação dos projetos de pavimentação e recapeamento, por meio de uma regressão logística (*logit*),⁸ na qual a avaliação do desfecho dá-se em termos da presença ou não de atrasos ou de paralisações dos projetos. Tentou-se, assim, identificar o grau de influência do ICM (conjuntamente a outras variáveis) nos casos de atrasos (superiores aos previstos) na execução das obras (segundo seu cronograma inicial), ou de paralisações, por ocasião da última vistoria – conforme reportado pela CEF em novembro de 2015.

De acordo com as estimativas do modelo *logit* utilizado, pode-se afirmar, com mais de 99,9% de confiança, que a capacidade municipal (medida de acordo com o índice aqui desenvolvido) tem correlação com a probabilidade da ocorrência de atraso na execução dos projetos federais de pavimentação e recapeamento. Ainda, como o sinal do coeficiente estimado é negativo, a evidência sugere que o ICM atua como um fator protetivo: quanto maior o ICM, menor a probabilidade da ocorrência de atraso. Este é um resultado coerente com nossa expectativa, esperado em função dos argumentos que justificam a cooperação federativa vertical.

Por sua vez, o impacto estimado da variação do ICM do seu valor mínimo (= 0) para o máximo (= 1) é de reduzir a razão de chances – *odds ratio* (OR) – de ocorrer atraso nessas obras em praticamente 100%.⁹ Assim, é possível afirmar, com elevado grau de confiança, que a probabilidade de ocorrência de atrasos na execução das obras não apenas diminui em função de uma elevação no ICM, como também que esta diminuição ocorre com intensidade significativa.

8. O modelo de regressão logística é utilizado quando a variável resposta é qualitativa e com dois resultados possíveis. Nessa aplicação, as variáveis que apresentaram p -valor $< 0,1$ foram: participação da contrapartida (de recursos); ter (ou não) plano diretor urbano; ter (ou não) plano de saneamento básico contemplando o serviço de esgotamento sanitário; participação do número de funcionários com, no mínimo, ensino médio completo, no total de funcionários da administração pública municipal; PIB municipal *per capita* (2012); existência (ou não) de participação social com vistas ao monitoramento das ações; tamanho médio de entidades privadas sem fins lucrativos; e, ainda, conforme observado anteriormente, Índice de Capacidade Municipal (ICM).

9. A chance (*odds*) de ocorrer atraso equivale à razão entre a probabilidade de ocorrer atraso e a de não ocorrer. O impacto estimado (OR = 0,0005) é o máximo possível, e não o observado, em razão de a amostra não conter casos com valor 0 nem com valor 1.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização de programas concebidos e financiados pelo governo federal por meio da ação de prefeituras municipais constitui uma promissora estratégia de implementação dos investimentos públicos. Todavia, o alcance de sucesso desse tipo de iniciativa deve contemplar resultados positivos em, pelo menos, duas dimensões distintas, a saber: a da equidade territorial e a da eficiência econômica.

A partir dos dados analisados nesta nota, não foram encontradas associações positivas significativas entre o volume de transferências federais aos municípios e o INM elaborado, precisamente com vistas a esta finalidade analítica. Pode-se concluir, portanto, que as necessidades dos municípios mais frágeis não foram contempladas de forma diferenciada na distribuição dos aportes relativos de recursos do governo federal.

Entretanto, o trabalho valida a argumentação de que a vantagem federativa mais visível da delegação (parcial ou total) das atividades constantes dos programas federais aos municípios consiste na preexistência de uma estrutura administrativa municipal já em operação. A significância do resultado obtido por meio da regressão logística para o ICM corrobora a hipótese de que municípios com maiores capacidades de gestão da prefeitura, oferta de legislação urbanística pela câmara de vereadores e intensidade de atuação da sociedade civil, terão, também, maiores probabilidades de sucesso na execução dos programas federais na área de infraestrutura (particularmente, das ações de pavimentação e recapeamento em vias urbanas).

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; FRANZESE, Cibele. Federalismo e políticas públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil. **Tópicos de Economia Paulista para Gestores Públicos**, n. 1, p. 13-31, 2007.

ARRETCHE, Marta T. S. Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos. **Dados**, v. 53, n. 3, p. 587-620, 2010.

ARROW, Kenneth. Political and economic evaluation of social effects and externalities. *In*: MARGOLIS, Julius. (Ed.). **The analysis of public output**. Massachusetts: NBER, 1970. p. 1-30.

KENYON, Daphne A. **Competition among states and local governments: efficiency and equity in American federalism**. Washington: The Urban Institute, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARRETCHE, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 40, p. 111-141, 1999.

_____. **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2000.

_____. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.

_____. Quem taxa e quem gasta. **Revista de Sociologia e Política**, n. 2, p. 69-85, 2005.

LIMONGI, Dante Braz; PEREIRA, Diogo Modesto; BORGES, Diogo Njaine. Breve estudo sobre a estrutura constitucional alemã, o federalismo no país e sua última reforma. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, n. 39, p. 52-81, 2014.

MACHADO, José Angelo; PALOTTI, Pedro Lucas de Moura. Entre cooperação e centralização: federalismo e políticas sociais no Brasil pós-1988. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 88, p. 61-82, 2015.

PETERSON, Paul E. **The price of federalism**. Washington: Brookings Institution Press, 2012.

PETERSON, Paul E.; RABE, Barry George; WONG, Kenneth K. **When federalism works**. Washington: Brookings Institution Press, 1986.

RIKER, William H. **Federalism: origin, operation, significance**. Boston: Little, Brown, 1964.

RODDEN, Jonathan. Federalismo e descentralização em perspectiva comparada. **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, p. 9-27, 2005.

SOUZA, Celina. Federalismo e gasto social no Brasil: tensões e tendências. **Lua Nova**, n. 52, p. 5-28, 2001.

_____. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, p. 105-122, 2005.